



ARTIGOS
TÉCNICOS

BREVE HISTÓRICO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS NO MEIO AGRÁRIO PAULISTA: 1870 – 1985

Vilma Aparecida Barban
Fátima Regina de Barros

1 – INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é apresentar, resumidamente, um histórico dos principais conflitos trabalhistas ocorridos no meio agrário do Estado de São Paulo, no período compreendido entre o final do século passado — quando o regime de trabalho assalariado se expandiu rapidamente, com a chegada em grande escala de imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas de café do oeste paulista — e 1984/85, quando o movimento grevista de Guariba inaugurou uma nova fase no relacionamento que trabalhadores rurais, especificamente os “bóias-frias”, e seus empregadores vinham mantendo até então.

Antes de se passar ao desenvolvimento do tema em questão, é necessário esclarecer dois aspectos: o primeiro refere-se ao caráter sintético deste artigo e o segundo, às lacunas de conhecimento relativas à maior parte dos movimentos sociais ocorridos no campo até o final da recente década de 70.

Quanto ao primeiro aspecto, o espaço reduzido de que se dispõe aqui é suficiente apenas para a citação rápida de fatos pertinentes à dinâmica da ordem social que, em graus diferentes, influenciaram a forma, a intensidade, o alcance e os resultados dos conflitos trabalhistas, e foram por eles influenciados.

Já no que se refere ao último aspecto, é preciso deixar registrada a escassez de informações e de estudos sistemáticos sobre movimentos reivindicatórios que trabalhadores rurais realizaram no Brasil, particularmente no Estado paulista, até 1984. Tal fato, além de impossibilitar hoje uma apreciação mais acertada da realidade social do campo nesse período, também serviu para que diversas correntes políticas e teóricas, em evidência particularmente nos anos 50 e 60, caracterizassem esses trabalhadores como passivos, carentes de consciência política e incapazes de desenvolver um trabalho coletivo em prol dos próprios interesses.

Tendo em conta esses aspectos, a história dos conflitos trabalhistas no meio agrário paulista será analisada em seus três momentos de maior intensidade: o primeiro, entre 1870 e 1920, ocorreu na então principal atividade econômica do País, a cafeicultura, e num mercado de trabalho que se constituía internamente na passagem do trabalho escravo para o assalariado, com a vinda massiva de imigrantes europeus. O segundo momento, entre o final dos anos 50 e início dos 60, foi mais amplo e intenso que o anterior, abrangendo, em especial, os trabalhadores permanentes da cultura da cana-de-açúcar,

num processo de organização e mobilização similar ao que se desenvolvia nos principais centros urbano-industriais. Por fim, o terceiro momento, que se configurou a partir dos acontecimentos de Guariba no ano de 1984, quando os "bóias-frias", uma categoria de trabalhadores rurais de pouca expressão política mas de grande importância social e econômica, deram início a uma mobilização social idêntica à que desde o final dos anos 70 vinha se desenvolvendo nas grandes cidades do País.

2 – OS PRIMEIROS MOVIMENTOS GREVISTAS

Em uma época onde, em nome do liberalismo econômico, buscava-se manter o mercado de trabalho isento de qualquer regulamentação, uma série de leis foi promulgada visando proteger, pelo menos formalmente, a mão-de-obra imigrante contratada para trabalhar na produção de café do interior paulista. Essas leis cobriam desde a sua chegada no porto (providenciando hospedagem), até o desempenho de sua atividade profissional, caracterizando-se a agricultura como o primeiro setor econômico a possuir algumas regulamentações em seu mercado de trabalho, especialmente no que se refere à sindicalização (quadro 1).

QUADRO 1. - Legislação Trabalhista, Brasil, 1903 – 1922

Ano	Legislação	Objetivo
1903	Decreto-Lei nº979	Criação de sindicatos rurais
1904	Decreto-Federal nº 1.150	Criação das cadernetas agrícolas (onde o empregador deveria anotar a importância paga e devida ao seu empregado)
1906	Decreto Federal nº 1.607	Regulamentação das cadernetas agrícolas
1906	Lei do Estado de São Paulo nº 1.045 C	Cria a assistência jurídica gratuita ao imigrante
1907	Decreto Federal nº 6.437	Regulamentação das cadernetas agrícolas
1907	Decreto Federal nº 6.532	Regulamentação dos sindicatos rurais
1911	Lei do Estado de São Paulo nº 1.299 A	Criação do Patronado Agrícola (com a função de fiscalizar nas propriedades agrícolas o cumprimento da legislação trabalhista)
1916	Código Civil	Regulamenta contratos de locação de serviços
1916	Lei Federal nº 3.724	Regulamentação dos benefícios aos acidentados no trabalho
1922	Lei do Estado de São Paulo nº 1.869	Criação dos tribunais rurais (para julgamento de litígios entre fazendeiros e seus empregados)

Fonte: "Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo" – 1900 a 1930 – Legislação Federal.

Sem dúvida, essas leis em nada se coadunavam com o espírito liberal vigente entre a proclamação da República e a revolução de 30, sendo, ainda, totalmente estranhas à mentalidade senhorial prevalecente entre os grandes proprietários de terra. Desse modo, toda essa legislação só pode ser entendida como resultado:

- a) dos muitos movimentos grevistas que esses imigrantes detonaram ao serem submetidos a um regime de trabalho quase servil, em que eram mantidos "presos" à fazenda por dívidas absurdas contraídas com os proprietários, e sujeitos à autoridade senhorial destes, formada na prática escravagista. Embora desde o início do processo imigratório (1840) haja registros de ebulição social nas áreas de produção cafeeira, uma das mais importantes greves ocorreu em 1913, quando "... só em Ribeirão Preto chegou a mobilizar mais dez mil trabalhadores, os quais deveriam representar cerca de setenta por cento do número total de trabalhadores agrícolas..."⁽¹⁾;
- b) da repercussão que tais movimentos tiveram nas organizações trabalhistas dos países de origem desses imigrantes, as quais pressionaram seus governos a interceder junto às autoridades brasileiras para que fossem adotadas algumas normas que protegessem esses trabalhadores; e
- c) da grande necessidade de mão-de-obra que a cultura cafeeira possuía para se reproduzir e se expandir garantindo ao País a sua maior fonte de divisas.

A maioria dessas leis, no entanto, não teve uma aplicação efetiva, seja pela resistência dos fazendeiros ao seu emprego, seja pela desarticulação que os movimentos grevistas sofreram com a repressão imposta pelos empregadores, seja pela ineficácia da fiscalização do Governo ou, ainda, pelas crises periódicas que a cafeicultura começou a sofrer a partir do início deste século, determinando-lhe a redução drástica da necessidade de mão-de-obra e, conseqüentemente, do fluxo imigratório para essa produção.

3 – MOVIMENTOS GREVISTAS DOS ANOS 50 E 60

O período compreendido entre os anos 20 e início da década de 50 pode ser caracterizado, em termos de manifestações dos assalariados rurais, como de absoluto anonimato; pelo menos até agora não se têm informações ou estudos que dêem conta de ações coletivas em grande escala no interior paulista. Se houve algum tipo de manifestação, provavelmente ocorreu de maneira esparsa e localizada, insuficiente, portanto, para transformar ou mesmo abalar um sistema de poder que se reproduzia no meio agrário, dada a articulação que tal sistema possuía com a estrutura política e econômica vigente no País. Além disso, pode-se dizer que, excetuando o Código Civil, que em alguns artigos regulamentava a alocação de serviços agrícolas, toda a legislação criada para normatizar a atividade profissional e sindical dos trabalhadores rurais foi extinta sem, aparentemente, nenhuma reação por parte desses.

⁽¹⁾ Gnaccarini, J. C. **Latifúndio e proletariado**. São Paulo, Polis, 1980.

Essa situação começou a mudar com a vigência de um regime de governo mais democrático, a partir do fim do "Estado Novo", em 1945, o qual permitiu às entidades políticas e segmentos sociais, antes excluídos da órbita de influência no poder, espaço suficiente para articular suas demandas. O processo de organização e mobilização social, que então se desenvolvia nos grandes centros urbanos e industriais do País, alcançou o meio agrário nos anos 50, através da ação de partidos políticos e da Igreja e da formação das ligas camponesas de Pernambuco, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) — esta de muita atividade em São Paulo — e de outros órgãos como o Movimento Agrário dos Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, e a Frente Agrária, no Paraná. Uma maior intensidade, amplitude e coordenação foi dada a esse processo com o movimento sindical, ocorrido entre os anos de 1962 e 1964, quando centenas de sindicatos rurais foram criados em todo o País, envolvendo assalariados, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, num ritmo só interrompido pelo movimento militar civil de 1964.

Essa rápida emergência dos trabalhadores rurais no cenário político tornou a questão fundiária e a necessidade de regulamentação de suas atividades profissionais temas constantes de discussões acirradas e pressionou, ainda, aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e do Estatuto da Terra, em 1964.

No Estado de São Paulo, também se observou a expansão dos sindicatos e a ascensão de conflitos trabalhistas, cujas principais características, ainda que genéricas, podem ser relacionadas em três itens:

- a) esses conflitos abrangeram colonos e mensalistas e, em menor proporção, os diaristas, principalmente das culturas de café e cana-de-açúcar, que concentravam a grande maioria dos assalariados e onde, também, estavam acontecendo rápidas mudanças nas relações de trabalho (transformação dos colonos e residentes em assalariados puros);
- b) em sua totalidade, tais conflitos se voltavam para a obtenção e cumprimento de direitos trabalhistas (13º salário, salário mínimo, férias, etc) e aumento salarial, sendo raros os casos em que tiveram conotação exclusivamente política, como, por exemplo: a greve de solidariedade aos operários de São Paulo em setembro de 1957, nas usinas de açúcar de Capivari e Porto Feliz, e as greves pela readmissão de companheiros demitidos em maio e junho de 1962 na usina Nova América, de Assis;
- c) finalmente, os conflitos geralmente ocorriam na unidade de produção, fazenda ou usina, embora existam registros de greves gerais ocorridas na zona canavieira de muitos municípios da região de Ribeirão Preto (anexo 1).

Com a mudança do regime político em 1964, houve em todo o País fechamento de muitos sindicatos rurais e urbanos, intervenção em outros, cassação de lideranças e limitação a qualquer manifestação ou atividade política e reivindicatória nos espaços fabris e sindicais.

A partir desse período prevaleceram nos sindicatos as atividades assistencialistas, reforçadas pelo Governo no caso do rural, com a criação do FUNRURAL em 1971, que vinculou às sedes dos sindicatos os ambulatórios de assistência médica e dentária, descharacterizando as entidades sindicais como órgãos de mobilização da classe trabalhadora.

Após o período do “milagre econômico”, findo em 1974/75, onde poucos movimentos sociais foram articulados, adveio a crise da economia e cresceu o descontentamento de vários setores da população. Começaram a ocorrer manifestações nos centros urbanos por maiores liberdades políticas e benefícios econômicos, marcando o início do processo de abertura democrática. Essa movimentação social atingiu o campo inicialmente nas regiões canavieiras de Pernambuco, onde, a partir de outubro de 1979, várias greves gerais paralisaram cerca de 20 mil trabalhadores que reivindicavam o cumprimento da legislação trabalhista.

Em São Paulo, os movimentos grevistas no campo iniciaram-se somente em maio de 1984, com os “bóias-frias”, uma categoria de trabalhadores que se expandiu no Estado, particularmente na década de 70, com a intensificação do processo de modernização da agricultura. Embora os “bóias-frias” caracterizassem uma relação de trabalho predominante, tanto numérica como economicamente, vários fatores interferiram na sua desmobilização reivindicatória até então, tais como o aspecto sazonal da ocupação da mão-de-obra, a instabilidade e rotatividade do emprego, a concorrência no mercado de trabalho, o agenciamento desses trabalhadores em outras regiões pelas empresas e intermediários, etc., aliados à desarticulação e controle oficial de suas entidades de classes. Esses fatores asseguraram durante muito tempo a fragilidade da resistência coletiva entre os “bóias-frias”, que se expressaram nesse período em conflitos individuais e ao nível das turmas de trabalho.

No entanto, à medida que esses trabalhadores começaram a se fixar em grande número na periferia das cidades próximas às usinas e plantações de cana, formando os chamados “bairros rurais”, foram se desenvolvendo princípios de solidariedade e identificação dos problemas comuns, base para o desencadeamento do conflito iniciado em Guariba, em maio de 1984, o qual, foi detonado em protesto contra o sistema de corte introduzido pelas usinas nos anos anterior ⁽²⁾, e também contra as taxas de água cobradas pela SABESP naquela cidade.

O movimento em seu curso revelou a conscientização da situação desses trabalhadores, submetidos a condições de trabalho e de vida nas quais têm imperado a ausência de direitos. A explosividade dessas condições são evidenciadas pela forma como o conflito foi detonado por iniciativa dos próprios trabalhadores e se alastrou por vários municípios do Estado. A DIRA de Ribeirão Preto foi a região onde houve maior número de greves e de grevistas, abrangendo trabalhadores das culturas de cana e laranja, e, em Franca, os assalariados do café. Em outras regiões observaram-se greves entre os “bóias-frias” da cana (anexo 2).

⁽²⁾ No início da década de 80, o sistema de corte e carregamento da cana começou a sofrer alterações, principalmente na região de Ribeirão Preto; antes, o sistema predominante era o de 5 ruas, isto é, aproximadamente 3.457 metros lineares de cana cortada por trabalhador/dia; a partir de 1980 as usinas fixaram o espaço de plantação de cana a ser cortada em 7 ruas, com uma distância maior entre as ruas, resultando em cerca de 2.469 metros lineares. A adoção do sistema de 7 ruas implicou para o trabalhador ter que dispender maior esforço físico e utilizar outros membros da família para cortar o mesmo que cortava nas 5 ruas e, conseqüentemente, receber os salários proporcionais. Para maiores detalhes sobre esse sistema ver Otani, Malimíria N. & Yoshii, Regina J. Implicações sócio-econômicas da mudança técnica no sistema de colheita de cana-de-açúcar de cinco para sete ruas. *Informações Econômicas*, v.13, nº9, 1983, p.25-28.

Esses trabalhadores reivindicaram reajustes salariais, bem como a regularização de sua situação como assalariados, com a eliminação de intermediários da contratação de mão-de-obra, o registro em carteira e os direitos trabalhistas decorrentes.

Os acordos firmados através dos sindicatos de trabalhadores e patronais foram se dando conforme os conflitos, por municípios e regiões administrativas. Em vários municípios ocorreram greves pela extensão do acordo de Guariba e, em outros, também pelo seu cumprimento.

Em 1985, as greves aconteceram nos primeiros dias de janeiro e, novamente, em maio/junho. Diferentemente de 1984 (onde a iniciativa das greves coube principalmente aos trabalhadores), o movimento mostrou-se mais organizado, indicando a atuação dos sindicatos, o que viabilizou a sincronia entre vários municípios e congregou maior número de grevistas.

Em janeiro, na região de Ribeirão Preto, entre os trabalhadores da cana, as reivindicações, além de enfatizar os reajustes salariais e direitos trabalhistas, denotavam um conteúdo de solidariedade, como o reemprego de todos os trabalhadores (centenas) demitidos no final da safra, mudança e redução na jornada de trabalho, instalação de tacógrafo para controle de velocidade nos caminhões que transportam trabalhadores e readmissão de treze dirigentes sindicais demitidos por uma usina.

Em maio/junho, abrangendo cerca de cem mil trabalhadores rurais da cana, a greve colocou em pauta questões referentes ao controle da produção diária de cada trabalhador (o que lhe permite definir seu ganho) e à trimestralidade salarial. Ocorreram greves também entre os trabalhadores das culturas de algodão, amendoim e cereais. As suas reivindicações eram de reajuste e equiparação salariais, direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho e controle da produção diária.

Em suma, pode-se dizer que esses conflitos trabalhistas, além de ter trazido à tona a situação em que vive e trabalham os assalariados rurais e de ter revelado sua capacidade de resistência — reivindicando dos empregadores e também das instituições do Estado a observância de leis e de normas nas relações de trabalho, já existentes na legislação trabalhista — também conquistou a prática da negociação de acordos coletivos de trabalho, em substituição aos dissídios anuais entre sindicatos e federações patronais e de empregados havidos até então e, na maioria das vezes, com o total desconhecimento dos trabalhadores de seu conteúdo e até mesmo de sua existência.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os três momentos aqui relatados, têm-se, genericamente, que eles expressaram os conflitos sociais ocorridos em diferentes fases do desenvolvimento econômico da agricultura em suas atividades mais importantes. Avançando na análise, pode-se afirmar que tais conflitos revelaram o embate exarcebado entre patrões e empregados, uma luta pelos direitos de cidadania, onde os trabalhadores buscavam se afirmar como portadores de direitos sociais, civis e políticos.

Na conquista e afirmação desses direitos interferiram fatores internos e externos à classe trabalhadora, tais como a capacidade de coesão e solidariedade, a criação de formas de participação e de representação de suas necessidades e interesses, o papel do sindicato e das organizações, o grau de intervenção do Governo nas relações de trabalho e na efetivação de direitos conquistados, bem como as características da conjuntura econômica e política em geral.

BREVE HISTÓRICO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS NO MEIO AGRÁRIO PAULISTA: 1870 – 1985

ANEXO I

Movimentos Grevistas no Meio Rural Paulista: Causas e Resultados, 1954–64

Data	Local	Cultura	Categ. de trabalhador	Tempo de paralização	Reivindicação	Resultado
1954	FRANCA (Faz. Ribeirão Corrente)	café	colono	1	Aumento de salário	greve vitoriosa
7/1954	STACRUZ DO RIO PARDO (Faz. S. João do Cresciumal)	café	colono	—	Contra a prestação de trabalho gratuito	—
9/1954	CAPIVARI (5 usinas)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Solidariedade à greve decretada pela classe operária de São Paulo	—
1954	POMPÉIA (Faz. Quaiúvira)	café	colono	1	Pagamento de salários	greve vitoriosa
8/1954	COSMÓPOLIS (Usina Ester)	cana-de-açúcar	assalariado	60 horas	Pagamento de salário mínimo e contra os descontos ilegais	—
1954	POMPÉIA (Faz. S. Luiz)	cana-de-açúcar	colono	—	Pagamento de salário mínimo	—
1954	CAPIVARI (Usina Nafard)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Contra desconto do aluguel de casa	—
1954	ORIENTE (Usina Pauldão)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Pagamento de salário mínimo	greve vitoriosa
1954	FLÓRIDA PAULISTA	—	colono	—	Aumento de salário	—

Fonte: Jornal Terra Livre. SP, 1954.

(continua)

Data	Local	Cultura	Categ. de trabalhador	Tempo de paralização	Reivindicação	Resultado
1954	SÃO CARLOS (Usina da Serra)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Atraso no pagamento	—
1954	PITANGUEIRAS (Usina S. Vicente)	—	assalariado	—	Pagamento de salário mínimo	—
1954	STª CRUZ DO RIO PARDO (Faz. S. João)	café	colono	—	Aumento de salário	—
1956	JABOTICABAL (Usinas Itajuba e Stª Adélia)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Contra desconto de aluguel de casa	greve vitoriosa
6/1956	RIBEIRÃO PRETO (Faz. da Pedra)	—	assalariado	—	Pelo pagamento de férias e aviso prévio	greve vitoriosa
1956	QUATÁ (Usina Stª Lima)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Contra desc.de aluguel de casa/pagamento de sal.mínimo/libertação de 4 trabalhadores presos	—
1956	CATANDUVA	—	assalariado	—	—	greve vitoriosa
1956	JARDINÓPOLIS	café	colono	—	Pagamento de salário mínimo	greve vitoriosa
1956	MARÍLIA (Faz. Stª Antonieta)	café	colono	—	Aumento no preço da colheita de café	greve vitoriosa
1956	POMPÉIA (Faz. Jacutinga)	café	colono	—	Retirada de um fiscal da colônia	—

Fonte: Jornal Terra Livre. SP, 1954—1956.

Data	Local	Cultura	Categ. de trabalhador	Tempo de paralização	Reivindicação	Resultado
1956	PACAEMBU (Faz. Helena)	café	colono	—	Atraso no pagamento e maus tratos	—
1956	CATANDUVA	cana-de-açúcar	trab. volante	—	Aumento de salários	—
1956	CATANDUVA	—	trab. volante	—	Pagamento do salário mínimo e medidas das autoridades contra a fome e a miséria	greve vitoriosa
1958	BROTAS (Usinas Vassununga)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Desrespeito à leg. trabalhista	—
1960	PIRAJUI	cana-de-açúcar	assalariado	—	Pagamento de salários atrasados	—
1961	CATANDUVA (Faz. S. José da Borboleta)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Aumento salarial	greve vitoriosa
1961	VERA CRUZ (Faz. São Miguel)	café	colono	—	Aumento salarial	—
1961	BEBEDOURO	cana-de-açúcar	assalariado	—	Melhores salários	—
1961	GUARIBA	cana-de-açúcar	assalariado	—	Melhores salários	—
1961	JABOTICABAL (5 fazendas)	—	assalariado	—	Melhores salários e condições de trabalho	—
1962	NOVO HORIZONTE	algodão	trab. volante	—	Aumento de salário	—

Fonte: Jornal Terra Livre. SP, 1956—1962.

Weffort, Francisco. *Sindicato e política*. São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1972. (Tese Doutorado)

(continua)

Data	Local	Cultura	Categ. de trabalhador	Tempo de paralização	Reivindicação	Resultado
1962	ASSIS (Usina Nova América)	cana-de-açúcar	assalariado	—	Readmissão de líder sindical	greve vitoriosa
1962	JABOTICABAL	cana-de-açúcar	assalariado	8 dias	Aumento de salário	—
5/1962	STª ROSA DO VITERBO	cana-de-açúcar	assalariado	6 dias	Desconto do aluguel de casa e aumento salarial	—
1962	ASSIS	cana-de-açúcar	assalariado	6 dias	Contra dispensa de companheiro	—
1962	JAÚ (Usina Diamante)	cana-de-açúcar	assalariado	5 dias	Desconto do aluguel de casa e aumento salarial	—
1962	SERTÃOZINHO/BARRINHA/ JABOTICABAL/GUARIBA/ PRADÓPOLIS E PITANGUEIRAS	cana-de-açúcar	trab. da usina e lavoura	—	Pelo cumprimento de acordos firmados entre os sindicatos patronais e Federação dos Trabalhadores na Ind. de Alimentação	—
1962	GARÇA (Faz. Alvorada)	café	colono	1 dia	Aumento salarial	greve vitoriosa
1962	PRESIDENTE ALVES (Faz. Jacutinga)	—	assalariado	3 dias	Pagamento do salário mínimo	greve vitoriosa
1962	INÚBIA PAULISTA (Faz. Califórnia)	café	colono	—	Aumento de salário	greve vitoriosa

Fonte: Jornal Terra Livre. SP, 1962.

Weffort, Francisco. *Sindicato e política*. São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1972. (Tese Doutorado)

(conclusão)

Data	Local	Cultura	Categ.de trabalhador	Tempo de paralisação	Reivindicação	Resultado
1962	RINCÃO	—	assalariado	—	Aumento de salário	
1962	GARÇA (Faz. S. Benedito)	café	colono	3 dias	Pagamento de férias de 35 famílias dispensadas	greve vitoriosa
1963	OURINHOS	café	colono	—	Pagamento de salário mínimo e 13º	
1963	OURINHOS (Faz. Lageadinho)	café	colono	10 dias	Aumento de salário	greve vitoriosa
1963	ITANHAEM	banana	assalariado	3 dias	Salário mínimo e 13º salário	greve vitoriosa
1963	GUAÍRA	—	assalariado	—	Aumento de salário	
1963	MARÍLIA (Faz. Stª Rosa e Faz. Stª Angela)	—	tarefeiro	5 dias	Aumento de salário	greve vitoriosa
1963	MARÍLIA (4 fazendas)	café	colono	—	Aumento de salário	greve vitoriosa
1963	ITANHAEM	banana	assalariado	26 dias	Cumprimento de acor- do firmado	greve vitoriosa
1963	GARÇA (Faz. S. Benedito)	café	colono	4 dias	Aumento salarial	greve vitoriosa
1963	SALTO GRANDE (Faz. S. João)	café	colono	9 dias	Reformas de base	—
1963	BARRETOS	—	assalariado	—	Aplicação da CLT, melho- res cond.de trab. e aumen- to de salário	—
1964	ITANHAEM	banana	assalariado	—	Diretos trabalhistas	—

Fonte: Jornal Terra Livre. SP, 1962—1964.

Weffort, Francisco. *Sindicato e política*. São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1972. (Tese Doutorado)

BREVE HISTÓRICO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS NO MEIO AGRÁRIO PAULISTA: 1870 – 1985

ANEXO II

Movimentos Grevistas dos Assalariados no Meio Rural Paulista, por DIRA: Causas e Resultados, 1984-85

Data	Município	Cultura	Nº de grevistas	Nº de dias parados	Reivindicação	Acordo
DIRA RIBEIRÃO PRETO						
Maio/84	Guariba	cana	5.000	2 dias	Contra sistema de corte de 7 ruas e tarifas da SABESP	Volta ao sistema de 5 ruas, reajuste de Cr\$1.200 p/ Cr\$2.100/t de cana cortada, recibo de pagamento, fornecimento gratuito de equipamentos de trabalho, pagamento de 30 dias pela empresa em caso de doença.
	Barrinha/Monte Alto	cana	+de 5.000	2 dias	idem	
	S.Joaquim da Barra	cana	2.000	1 dia	Contra as 7 ruas apesar do acordo	Atendido formalmente
Junho/84	Ribeirão Preto	cana	3.000	1 dia	Para o cumprimento do acordo e eliminação do "gato".	Atendido formalmente
	Bebedouro e Barretos	laranja	12.000	2 dias	Reajuste do preço pago por caixa colhida	Cr\$210/caixa de laranja colhida incluindo encargos sociais, comprovante diário do total trabalhado, pagamento de horas extras.

Data	Município	Cultura	Nº de grevistas	Nº de dias parados	Reivindicação	Acordo
Junho/84	Pontal	cana	6.000	2 dias	Extensão do acordo de Guariba/eliminação do "gato"	Prazo de 15 dias para atendimento e eliminação do "gato"
	Sertãozinho	cana	1.500	3 dias	Mudança no sistema de cálculo de pagamento de salário	—
	Pitangueiras	cana	2.000	2 dias	Extensão do acordo e eliminação	—
				p/menos	do "gato"	
	Guaíra	cana	300	2 dias	idem	
	Franca	café	500	1 dia	Melhor remuneração/registro, férias 13º, domingo remunerado e condições de trabalho melhores	—
	Pirangi	cana	400	2 dias	Extensão do acordo de Guariba	Atendido formalmente
			p/menos			
	Bebedouro	laranja	—	10 dias	Cr\$450 p/caixa colhida, descanso remunerado, registro em carteira, jornada definida, estabilidade na safra	De Cr\$359 p/cx.de laranja colhida, celebração de uma única convenção coletiva, quando a colheita do próximo ano em 1º de maio estabelecido como data base da categoria
	Monte Azul					
	Paulista					
	Terra Roxa					
	Viradouro					
DIRA BAURU						
Maio/84	Jaú	cana	5.000	1 hora	Pressão para vigorar acordo de Guariba	—
DIRA CAMPINAS						
Maio/84	Limeira e Iracenópolis	cana	1.000	1 dia	Extensão do acordo	Atendido formalmente

Fonte: Boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e Jornal Folha de São Paulo.

(continua)

Data	Município	Cultura	Nº de grevistas	Nº de dias parados	Reivindicação	Acordo
DIRA RIBEIRÃO PRETO						
Janeiro/85	Guariba, R.P., Barrinha, Sertãozinho, Pontal, Monte Alto, S.J.da Barra, Jaboticabal	cana	35.000	10 dias	Emprego na entressafra, reajuste de diária de Cr\$10 mil para Cr\$17 mil, estabilidade por 1 ano, equiparação salarial para homens e mulheres, melhor atendimento médico-hospitalar	Acordos em separado em alguns municípios onde prefeituras abrem frentes de trabalho, acordo de diária de Cr\$12 mil como adiantamento salarial
	Cajuru	cana	400	1 dia	Pelo cumprimento do acordo FAESP e FETESP de diária mínima de 12 mil, pagamento de férias e 13º salário	—
	Alta Araraquense: Barretos, Colômbia, Jaboranti, Colina	amendoim algodão cereais	8.000	2 dias	Diária de 15 mil, eliminação do "gato", registro em carteira, melhores condições de transporte	Protocolo de intenções, diária de 12 mil, proibida contratações por "gato", obrigatoriedade do registro, pagamento integral por doença, durante jornada pagamentos de embarques em veículos adequados
Janeiro/85	Guará	algodão	5.000	2 dias	Contra redução da diária	Acordo com os pontos acima
	Guará e R.P.	algodão	5.000	4 dias	Cr\$5 mil por arroba de algodão colhida	Acordo de 3 mil por arroba

Fonte: Boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e Jornal Folha de São Paulo.

(continua)

Data	Município	Cultura	Nº de grevista	Nº de dias parados	Reivindicação	Acordo
Junho/85	Sertãozinho	cana	1.000	2 dias	Pelo cumprimento do acordo em maio	Representantes do Ministério do Trabalho prometem maior fiscalização
DIRA MARÍLIA						
	Xavantes	cana	500	3 dias	—	—
DIRA BAURU						
	Jaú	cana	200	1 dia	Atraso de pagamento	—
DIRA S.J. RIO PRETO						
Janeiro/85	Paulo de Faria	cana	1.500	2 dias	Reajuste salarial e outras reivindicações	Diária de Cr\$12.500
	Riolândia		4.000	2 dias	Aumento da diária de Cr\$7 mil para Cr\$15 mil prioridade de serviço para TR's da cidade/salário igual para homens e mulheres e menores, domingo remunerado	Acordo salário de Cr\$12.500 para homens, mulheres e crianças
	Guaraci (Olimpia)	amendoim	1.500	3 dias	Aumento de pagamento por metro linear colhido, registro em carteira, 13º, férias, assistência médica, eliminação do "gato", etc.	—
	Riolândia e S.J. Rio Preto	cana	4.000	1 dia	Aumento de diária de 15 mil, jornada de 8 horas prioridade de emprego para trabalhadores da cidade, salário	—

Fonte: Boletim do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) e Jornal Folha de São Paulo.

(continua)

Data	Município	Cultura	Nº de grevistas	Nº de dias parados	Reivindicação	Acordo
Fevereiro/85	Fernandópolis, Macedônia, Votuporanga, Meridiano, Jales, Urano, Indiapera, Gentil, Guarani D'Oeste	algodão	15.000	1 dia	igual para homens, mulheres e menores, domingo remunerado, fiscalização dos preços dos armazéns da SUNAB Pagamento de 5 mil a 10 mil por arroba, comprovante da produção diária, pesagem da produção na presença do trabalhador, segurança no transporte, água e primeiros socorros nas frentes de trabalho	Acordo de Cr\$3 mil a arroba de algodão e promessa de atendimento das outras reivindicações
VÁRIAS DIRAs						
Mai.-Jun./85	Interior SP	cana	100.000	7 dias	Diária mínima de Cr\$37 mil a 35 mil, controle da produção por metro linear e não tonelada	Diária mínima de Cr\$18 mil nas usinas e de Cr\$16.825 nas fazendas/antecipação trimestral a partir de agosto de 50% do INPC e cálculo da produção p/sistema misto (ton.e metro linear)
		laranja			De 1.500 a Cr\$3 mil/caixa colhida, reajuste trimestral pelo INPC, pagamento de horas extras e contratos de 12 meses	Registro em carteira e eliminação do "gato", fornecimento de equipamentos de trabalho

Data	Município	Cultura	Nº de grevista	Nº de dias parados	Reivindicação	Acordo
DIRA ARAÇATUBA						
Junho/84	Araçatuba	cana	—	1 dia	Reajuste preço cana cortada	—
Junho/84	Mirandópolis	cana	600	2 dias	Aumento preço corte da cana	—
DIRA MARÍLIA						
Junho/84	Ourinhos	cana	500	3 horas	Extensão acordo Guariba	—
DIRA S.J. RIO PRETO						
Junho/84	Tabapuã	cana	120	2 dias	Não aceitam acordo do sindicato, maior pagamento de cana cortada	—
	Urupês	cana	400	1 dia	Recebem a cana por metro, reivindicam medida igual Guariba	—
Setembro/84	Fernandópolis	cana	500	1 dia p/menos	Aumento salarial de Cr\$50 a Cr\$200 por metro linear de cana cortada	Atendido formalmente
Junho/84	Novo Horizonte	cana	4.000	2 dias	Aumento do preço da tonelada cortada	—